

DECISÃO

EU, **Daniel Emerick de Oliveira**, Pregoeiro, venho por meio do presente instrumento manifestar nos autos do Pregão Eletrônico n. 023/2024, Processo nº 164/2024, Processo 1Doc nº 823/2024, em resposta a peça impugnatória protocolada na plataforma da Licitanet pela empresa **KENIO GRAIZE DA SILVA**, nos seguintes termos:

Prefacialmente, cumpre anotar, que o presente certame tem como objeto contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos retransmissores de sinais de televisão analógicos e digitais da Sede e Distritos do Município de Irupi/ES, com locação de equipamentos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Aduz a Impugnante, em sua peça impugnatória, que:

“(...) A estimativa de preços apresentados pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera algum lucro. Tal estimativa de preços se apresenta impraticável no mercado, pois percebe-se que foi considerado somente um tipo de serviço, onde na realidade é dois (análogo e digital), destarte, não cobre em sua totalidade os custos para a manutenção dos serviços. Assim, o valor estimado para a prestação dos serviços licitados supracitado, apresentam indícios de inexequibilidade, pois não é suficiente sequer para cobrir os custos dos serviços, tendo em vista que serão dois tipos de equipamento, e dois tipos de assistência (manutenção). (...)”

Com todo o respeito a empresa em questão, mas estamos falando de uma Administração séria, que se pauta pela transparência, pelo cumprimento do Ordenamento Jurídico Pátrio, pelos seguimentos aos posicionamentos mais recentes dos Órgãos de Fiscalização e que trabalha de forma a obter a proposta mais vantajosa sem lesar terceiros.

Cumpre anotar que tal argumentação não deve prosperar, até porque sem qualquer lógica, vez que se a Administração Pública Municipal em seu objeto deixa claro que o serviço contratado envolve digital e analógico, não teria o porquê da mesma cotar apenas um serviço, tanto é assim que verificando com o Setor de Planejamento responsável pela elaboração do certame, constatamos que o valor estimado engloba ambos os serviços (digital e analógico), devendo a argumentação da **IMPUGNANTE** ser desconsiderada, vez que descabida.

Aduz ainda a **IMPUGNANTE**, que:

“(…) Portanto, a inconsistência da estimada pesquisa de preços constitui-se em vício insanável de origem, ficando o edital nulo de pleno direito e seus frutos sem efeito, tornando-o não abjudicável ainda que seja mantido o certame nas atuais condições. O valor não representa a realidade do mercado e corresponde a um valor abaixo do praticável, considerando ser dois tipos de serviços englobados no objeto deste”.

Neste ponto ressalto, que em contato com o Setor de Planejamento, ficou constatado através da resposta em anexo que é ilógica e descabida a argumentação da **IMPUGNANTE**, vez que os valores orçados estão dentro dos valores praticados no mercado nacional.

Ademais informo ainda, que as cotações foram obtidas no Banco de Preços, uma plataforma renomada e conhecida pela seriedade, sendo usada como base nacional para as licitações em todas as esferas.

Ressalto por outro lado, preocupante o orçamento fornecido pela **IMPUGNANTE** cujo valor pelos serviços a serem prestados está a mais duas vezes os valores praticados no mercado nacional, podendo dar a impressão de um superfaturamento dos serviços por parte da mesma.

Entendo que não seja o caso de o valor estimado ser inexequível, muito pelo contrário é exequível e com margem de lucro para as empresas participantes do certame.

Ao contrário senso, percebo que os anseios da **IMPUGNANTE** estejam fora da realidade do nosso País, vez que para o mesmo serviço orça valores superiores aos praticados no mercado nacional, o que não pode prosperar.

Por todo o exposto entendo que não deve prosperar a peça impugnatória, vez que os valores estimados e orçados pela Administração Pública Municipal estão dentro dos patamares e realidades de nosso País.

Irupi/ES, 11 de julho de 2024.

DANIEL EMERICK DE OLIVEIRA
Pregoeiro